

# **As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha – Minas Gerais**

**Mariana Martins**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
e-mail: marianaj\_martins@hotmail.com

**Fernanda Onuma**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Varginha, Minas Gerais, Brasil.  
e-mail: fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br

## **Resumo**

A partir do processo de formação oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG à Associação Sabor & Saúde, situada em Varginha, Minas Gerais, busca-se por meio deste trabalho, analisar se já houve evolução na gestão e produção das relações associativistas, por meio da prática de princípios da economia solidária. Busca-se, também, analisar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) beneficiou a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local. A análise das contribuições se dá a partir da construção teórica sobre economia solidária, desenvolvimento local, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, agricultura familiar e o PAA. Foi realizada uma pesquisa qualitativa. Os dados coletados foram analisados pela técnica de Análise do Discurso, na vertente francesa. Ao final, os agricultores percebem que a atuação da ITCP/UNIFAL-MG contribui para ações coletivas de produção e gestão da Associação, bem como, o PAA promove o reconhecimento do trabalho dos agricultores familiares. Desse modo, tem-se que os agricultores percebem que o PAA junto à economia solidária contribui para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; desenvolvimento local; economia solidária; programa de aquisição de alimentos.

## **The contributions of solidarity economy through ITCP/UNIFAL-MG and the role of the Food Acquisition Program (PAA) to local development: the case of Association Flavor & Health, Varginha – Minas Gerais**

## **Abstract**

Based on the training process offered by ITCP/UNIFAL-MG to the *Association Flavor & Health Sabor & Saúde* (Association Flavor & Health), located in Varginha, Minas Gerais, this article aims to analyze if there had been an evolution in the management and production of associativist relations through the principles of solidarity economy. Furthermore, it seeks to analyze how the Food Acquisition Program (PAA) has benefited family farming, promoting local development. The analysis of the contributions is based on theoretical construction regarding solidarity economy, local development, Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP), family farming and the PAA. From those concepts, a qualitative research, whose data were analyzed according to the French approach of discourse analysis, was done as means to interpret the understanding of the members of the association on solidarity economy and local development. At the end, the research indicates that the farmers have recognized the contribution that the training process has brought, mostly, to the association management, as well as the importance they grant to the PAA for local development, along with their role as family farmers.

**Keywords:** Family farming; local development; solidary economy; food acquisition program.

**Las contribuciones de la economía solidaria a través de la ITCP/UNIFAL-MG y el papel del *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* para el desarrollo local: El caso de la *Associação Sabor & Saúde*, Varginha – Minas Gerais**

**Resumen**

A partir del proceso de formación ofrecido por la ITCP / UNIFAL-MG a la *Associação Sabor & Saúde* [Asociación Sabor & Salud], en Varginha, Minas Gerais, se busca por medio de este trabajo analizar si ya había habido una evolución en la gestión y producción de las relaciones asociativistas por medio de la práctica de principios de la Economía Solidaria. También busca analizar cómo el *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* [Programa de Adquisición de Alimentos] benefició a la Agricultura Familiar, promoviendo el Desarrollo Local. El análisis de las contribuciones se da a partir de la construcción teórica sobre Economía Solidaria, Desarrollo Local, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), Agricultura Familiar y el PAA. A partir de eso se realizó una investigación cualitativa, cuyos datos recolectados fueron analizados por la técnica del Análisis del Discurso de la vertiente francesa, para interpretación de los datos con relación al entendimiento de los miembros de la asociación sobre Economía Solidaria y Desarrollo Local. Al final, concluimos que es perceptible por los agricultores la contribución que el proceso de formación viene trayendo, principalmente, a la gestión de la asociación y, también, la importancia que ellos confieren al PAA para el Desarrollo Local, así como la actuación de los mismos como agricultores familiares.

**Palabras-clave:** Agricultura familiar; desarrollo local; economía solidaria; programa de adquisición de alimentos.

**Introdução**

Quando se trata da questão do meio ambiente e de seu uso para a produção de alimentos na agricultura familiar (AF), cada vez mais se tem buscado uma relação de equilíbrio por meio da sustentabilidade, valorização do saber local e desenvolvimento sustentável. Uma possibilidade de relacionar o modo de produção de alimentos à gestão é pela via da prática da economia solidária (ES)

Uma das práticas de atuação da economia solidária é por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que atuam na geração de trabalho, renda e formação de empreendimentos econômicos solidários, vivenciando os princípios de tal economia, dentre eles, o desenvolvimento local. Neste sentido, apresentamos este estudo sobre o processo de formação em economia solidária, dado à Associação Sabor & Saúde, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Campus Avançado de Varginha, Minas Gerais (ITCP/UNIFAL-MG). Assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à agricultura familiar em seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento local; e, de

modo conjunto, busca-se compreender como a economia solidária tem se tornado prática no cotidiano da Associação.

Este estudo se torna relevante uma vez que busca enfatizar a importância da economia solidária na geração de trabalho e renda, bem como auxilia a construção de uma economia sólida que valoriza a produção de determinada região e, conseqüentemente, no desenvolvimento local.

Para a construção da pesquisa, o presente trabalho foi dividido em dez partes, contanto esta introdução. Primeiramente, apresenta-se a economia solidária como modo de produção, organização e gestão com base em valores solidários, cooperativistas e coletivos, tanto para as relações de trabalho, como modos de vida em prol da geração de trabalho e renda. Em seguida, tem-se as práticas dos princípios da ES por um de seus atores, as ITCPs, as quais atuam no cenário das universidades, promovendo ações extensionistas para a formação de empreendimentos econômicos solidários. Com relação as ITCPs, traz-se a incubadora que realiza o trabalho com a associação objeto de estudo, a ITCP/UNIFAL-MG. Baseado nos princípios da ES, fala-se do desenvolvimento local, que atua na promoção das cadeias curtas de produção e valoriza os produtores de determinada região. Ligada ao desenvolvimento local, a agricultura familiar surge como contexto de tal desenvolvimento e atividade econômica e produtiva, fortalecida por meio da política pública do PAA. Brevemente, apresenta-se o PAA do município de Varginha-MG, expondo a aproximação de tal política pública com o desenvolvimento local e geração de renda ao ser implementada.

Em seguida, apresenta-se a metodologia e as análises, relacionando o processo de formação em economia solidária ao desenvolvimento local, à gestão, organização e comercialização dos produtos agrícolas, evidenciando esta relação no plano de desenvolvimento local da agricultura familiar. Por fim, nas considerações finais, traz-se as ações da ES, por meio da ITCP/UNIFAL-MG, que contribuem para a promoção desta economia, juntamente a Associação Sabor & Saúde, ao valorizar seu trabalho associativo no desenvolvimento local, mediante a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

## **Economia solidária**

A economia solidária tem sua origem ligada ao movimento cooperativista do século XIX. Durante a Revolução Industrial na Inglaterra, essa nova forma de organização trabalhista era vista como saída para as condições precárias de trabalho dos operários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A experiência bem sucedida dos operários das fábricas inglesas se deu com criação da cooperativa de tecelões, conhecida como Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Essa relação da origem da economia solidária com o movimento cooperativista do século XIX construiu seus valores e princípios, caracterizando tal economia como uma alternativa para os marginalizados do mercado. E mais, viam nesta, uma forma de promoção socioeconômica e geração de trabalho e renda. O modo de produção e gestão cooperativista contribuiu para os moldes da gestão e dos princípios que permeiam a economia solidária, como a cooperação, autogestão e a democracia. Surge assim, uma nova forma de gestão, a autogestão (SABOURIN, 2014). A autogestão é uma prática gestonária com origens em experiências políticas dos governos da Iugoslávia e Espanha. A partir de experiências coletivas de trabalho, a proposta da autogestão subverte as formas de organização do trabalho e dos processos decisórios, extinguindo as tradicionais hierarquias. Mas sim, gestão e organização coletivas e, de mesmo modo, a propriedade dos meios de produção (SINGER, 2011).

Mais do que uma proposta de geração de trabalho e renda, a economia solidária atua com valores contrários aos do sistema capitalista, trazendo para a sociedade modos de vida mais solidários e de cooperação. Em contraposição a lógica exploratória, competitiva e consumista do capitalismo, a economia solidária propõe a prática de um modo de vida, consumo e de relações de trabalho, baseados na solidariedade, cooperação, sustentabilidade, consumo consciente, autogestão, coletividade, desenvolvimento local, valorização da diversidade e valorização do ser humano (FRANÇA FILHO; LAVIILE, 2004)

A organização do trabalho e do modo de produção para a geração de trabalho e renda, principalmente vista como emancipação e inclusão, chegaram junto à economia solidária ao Brasil nos anos 1970. Mas somente na década de 1990 que a economia solidária ganhou forças no Brasil. Nessa época, o país apresentava uma economia desestruturada, altas taxas de desemprego e desigualdade social significativa mediante a má distribuição de renda. Além de uma saída para aqueles que estavam desempregados ou no mercado de trabalho informal. Inseridos nesta nova proposta de economia, passam a trabalhar em um novo modo de produção, baseado em valores mais solidários (SABOURIN, 2014).

Na esteira do movimento da economia solidária no Brasil, suas práticas e ações foram mobilizadas devida à atuação das entidades de apoio e fomento, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e também pelos seus atores, como as Cáritas do Brasil, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as Universidades na atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (FRANÇA FILHO, 2013).

Dentre os atores da economia solidária, vê-se o desenvolvimento das atividades das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, bem como suas propostas de trabalho.

## **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs)**

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares se constituem como atores da economia solidária promovendo suas práticas e ações. Assim, as ITCPs trabalham com uma proposta de auxiliar na geração de trabalho e renda por meio do assessoramento à formação de empreendimentos econômicos solidários, como associações e cooperativas. Além disso, atuam na formação constante, interna e externa, por meio da economia solidária, de processos educativos de formação e na militância política, ao participarem ativamente de diferentes fóruns. Segundo o Estatuto de Rede de ITCPs, Art. 2º apud Guerra (2008):

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária. As incubadoras buscam articular multidisciplinarmente áreas de conhecimento de universidades brasileiras com grupos populares no intuito de gerar trabalho e renda (ESTATUTO DA REDE DE ITCPs, ART 2 apud GUERRA, 2008, p. 14).

A análise do caso específico da atuação das ITCPs para o assessoramento de formação de associações e cooperativas e, conseqüentemente, para a geração de trabalho e renda, mostra o importante papel das incubadoras para a promoção socioeconômica da sociedade, sua contribuição no desenvolvimento local, no resgate da identidade dos indivíduos envolvidos no processo e em sua emancipação. Tais fatores remetem à volta de condições de trabalho e vida dignos, que concretizam o papel importante das ITCPs enquanto atores em constante atividade nas práticas da economia solidária (GUERRA; PEREIRA, 2010).

Além disso, as incubadoras atuam em um processo constante de formação educacional dialógica ao construírem seu trabalho com os empreendimentos econômicos solidários; o mesmo processo acontece na formação interna das ITCPs, como prática de um ator da economia solidária. Com isso, ocorre a construção de uma consciência política, o questionamento crítico das injustiças sociais, trazendo para o ambiente de formação dos empreendimentos a discussão dos novos valores trazidos pela economia solidária (CALBINO; PAULA, 2010). Esse processo se dá por meio da construção de um processo educativo constante, em que a troca e a formação do conhecimento transformam a realidade dos indivíduos na sociedade (GUERRA, 2008).

A atuação das ITCPs dentro das Universidades se faz por meio da proposta educacional do tripé universitário, composto por ensino, pesquisa e extensão. As atividades das ITCPs são caracterizadas como ações extensionistas. Esse tripé é ressaltado na

Constituição Federal como indissociável para o caráter de aprendizado dentro das Universidades, caracterizado como princípio orientador da produção acadêmica devido a sua tridimensionalidade, pautada na ética, autonomia e competência dos ali envolvidos (GUERRA; PEREIRA, 2010) A prática desenvolvida pelas incubadoras demonstra seu papel como atuante na perspectiva dos valores e princípios da economia solidária, como é o caso da ITCP/UNIFAL-MG.

### **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais- *Campus* avançado de Varginha (ITCP/UNIFAL-MG)**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais- *Campus* Avançado de Varginha foi instituída no ano de 2010 com o objetivo de promover ações e práticas acerca da temática da economia solidária. Composta por uma equipe interdisciplinar, é formada por discentes e docentes da UNIFAL-MG *Campus* Varginha. Suas atividades externas são para a geração de trabalho e renda por meio da formação de empreendimentos econômicos solidários, como associações e cooperativas. O que remete ao conceito dado por Singer (2011, p. 123) às incubadoras:

As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. Desde 1999, as ITCPs constituem uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, em muitos aspectos, se assemelha aos das ITCPs. (SINGER, 2011, p. 123).

O assessoramento destes empreendimentos acontece por meio de uma metodologia própria de incubação. Esta se define em três fases a serem seguidas: Pré-Incubação, Incubação e Mantenedora. A fase de Pré-Incubação é a qual os formadores da ITCP/UNIFAL-MG fazem diagnósticos de grupos que possivelmente serão incubados. A segunda fase denominada Incubação, é a prática do processo de formação dado pela incubadora aos empreendimentos econômicos solidários. Nesta fase, a incubadora desenvolve diversos cursos de formação junto com os grupos a fim de trabalharem sua capacitação e seu processo educativo, a partir de assuntos que partem de suas demandas. Na última fase, a Mantenedora, os grupos se encontram estruturados, formalizados, com a prática da gestão consolidada,

com as relações de trabalho coletivas e de cooperação. Desta fase em diante os grupos passam a vivenciar ativamente o cotidiano da economia solidária. ,

Atualmente, estão em atividade os processos de formação dos seguintes grupos: Associação Sabor & Saúde, Varginha-MG, com produtores da agricultura familiar e integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal; grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI), Poço Fundo-MG, constituído por agricultoras familiares, produtoras de café e rosas orgânicas, e artesanatos com subprodutos do café. Outros três processos de formação estão sendo iniciados com os grupos: Associação das Mulheres Empreendedoras do Café da Mantiqueira (AMECAFÉ), Cambuquira-MG, com produtoras de café; Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (COCAMINAS), Poço Fundo-MG, com produtores e produtoras de café; e, a Associação de Associações de Artesanato de Varginha, Varginha-MG, com artesãos e artesãs do respectivo município. Além desta atuação de assessoramento externa, a ITCP/UNIFAL-MG trabalha constantemente na sua formação interna através do grupo de estudos “Economia Solidária em Debate”. Também junto à comunidade acadêmica, é realizado o Clube de Trocas ITCP/UNIFAL-MG, com o objetivo de repensar criticamente a lógica de consumo vigente no sistema capitalista, além de ser espaço para formação e atividades culturais

Por meio da atuação da ITCP/UNIFAL-MG junto à formação dos grupos que estão no processo metodológico de incubação, temos a prática de um dos princípios da economia solidária, o desenvolvimento local.

## **Desenvolvimento local**

O desenvolvimento local é tido como um dos princípios que norteiam as práticas da economia solidária. É o conceito referente ao desenvolvimento de determinada região, partindo da iniciativa dos indivíduos que ali vivem, em prol da geração de renda e do desenvolvimento do local, por meio de ações coletivas, solidárias e de preocupação com o indivíduo e o meio ambiente, agindo também na lógica do desenvolvimento sustentável (ÁVILA, 2000, p. 60).

Deste modo, no Brasil, a contextualização do desenvolvimento local se dá a partir nos anos 1970, no cenário socioeconômico no momento em que as políticas neoliberais passam a ser diretrizes para as ações governamentais. Em contrapartida, houve um movimento em prol do desenvolvimento local, do desenvolvimento econômico e da geração de trabalho e renda para aqueles marginalizados nas políticas neoliberais (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

A partir do momento que o desenvolvimento local é visto como reconstrução social de um espaço geográfico em prol da base da sociedade, ele contribui para o trabalho e a

sustentabilidade, como instrumento que possibilita práticas de cooperação. Essas práticas resultam em melhores condições econômicas e sociais, promovendo assim, melhores condições de vida aos indivíduos (ÁVILA, 2000).

A mobilização acerca do desenvolvimento local pode ser vista sendo aplicada no meio rural por diversas experiências na América Latina, como no México, Colômbia e Brasil, tendo entre si pontos em comuns que traçam diretrizes principais para planos e políticas públicas que almejem o desenvolvimento local. De acordo com Carvalho (2017, p. 35):

O fortalecimento das instituições, o governo local e descentralizado, gestão participativa envolvendo todos os atores, acesso ao conhecimento e novas tecnologias, a formalização dos processos garantindo o ingresso nos setores mais desfavorecidos as políticas público-privadas, a atuação conjugada das três esferas do poder público e do setor privado (CARVALHO, 2017, p. 35).

Assim, fica evidente que as ações para o desenvolvimento local chegaram ao âmbito das políticas públicas com foco no meio rural e na agricultura familiar. Mas, tal conquista se deu por meio da mobilização da sociedade civil, principalmente da militância da agricultura familiar, para o desenvolvimento local, segurança alimentar e nutricional. Deste modo, o desejo da população de determinada região em se fortalecer e se desenvolver pela prática de uma atividade produtiva, melhora a qualidade de vida dos indivíduos. Isso provoca ainda a diminuição da desigualdade social do país, promovendo a inclusão do desenvolvimento local como um movimento de interesse por parte da população (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Um exemplo são as novas discussões sobre o desenvolvimento local no âmbito da agricultura familiar, que visam a institucionalização de políticas públicas para distribuição e produção de alimentos. Essas políticas fazem com que surjam novas oportunidades de mercado específicos para a produção agrícola diversificada (PANDOLFO, 2008). Neste sentido é importante ressaltar que a atuação do Estado seja voltada para a autonomia e descentralização das políticas públicas, construindo-as junto à sociedade civil. Isto fundamenta o projeto nacional de desenvolvimento, contribuindo para a distribuição de renda mais igualitária e para a prosperidade das regiões do país (CARVALHO, 2017).

As políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento local, criam espaços de inclusão social, de produção do conhecimento e de desenvolvimento sustentável. Com isso, a atuação governamental, via políticas públicas voltadas para a agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atua como forma de contribuição para o desenvolvimento local. Nas palavras de Pandolfo (2008, p. 14) “tem comprovado seu papel dinamizador das economias locais”.

## **Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**



A origem da prática da agricultura familiar no Brasil está atrelada ao processo histórico de concentração de terras nas mãos de poucos, o que resultou na desigualdade social e na má distribuição de renda. E mais, prejudicou os pequenos agricultores, aqueles envolvidos na produção de pequena escala para o desenvolvimento rural e para sua subsistência. Todos esses fatores resultaram em um processo progressivo de diminuição territorial das terras voltadas para a produção agrícola familiar, acentuando o êxodo rural (SILVA, 2011).

O conceito de agricultura familiar deriva de planos interligados que caracterizam a relação do Governo com as áreas rurais do Brasil os estudos na área, as consequências socioeconômicas da política de agricultura familiar e a representatividade dos indivíduos envolvidos nesta atividade (ABRAMOWAY, 2006). Baseado na visão de Abramoway (2006), Silva (2011, p. 4) faz uma leitura dos planos em que se encontra na atualidade a problematização da agricultura familiar no Brasil:

A valorização da agricultura familiar foi pautada em três planos distintos. O primeiro diz respeito ao *plano intelectual*, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e captar toda heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar sua relevância econômica. O segundo plano, é o das *políticas públicas*, principalmente após o lançamento do Pronaf e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Essa e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios a milhares de famílias. No *plano social*, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da agricultura familiar (SILVA, 2011, p. 4, grifo do autor).

As ações voltadas para a agricultura familiar no Brasil se entrelaçam com o desenvolvimento local, em que as práticas deste tipo de agricultura estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento econômico, por meio da geração de renda, criação de emprego, transferência de capitais e ampliação do excedente de alimentos e de matérias-primas (MAFRA; MAFRA, 2013). Esses fatores relacionados aos três planos apontados por Abramovay (2006) são praticados no âmbito da economia local e nacional, mostrando assim, que a agricultura familiar tem produção significativa no Brasil (MAFRA; MAFRA, 2013). Ademais, estão garantidas as práticas da agricultura familiar por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à época, atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sob jurisdição do Ministério da Casa Civil, e pelo Decreto-lei nº 11.326 de julho de 2006, caracterizando o agricultor familiar por:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que

4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A promoção institucional da agricultura familiar no Brasil tem como marco os anos 1990, quando o Governo Federal iniciou o processo de adoção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e mais recentemente, em 2003, a partir do Programa Fome Zero. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), incluído no Programa Fome Zero, teve origem nas políticas públicas do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (CARVALHO, 2017). Tem como objetivo a aquisição e distribuição de alimentos para os indivíduos em situação de insegurança alimentar ou nutricional, concomitante ao desenvolvimento das práticas de fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2010A política das relações comerciais do programa está voltada para o abastecimento de instituições de responsabilidade dos governos, tais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e escolas. A aquisição dos alimentos é feita pelas prefeituras por meio da modalidade “compra direta com doação simultânea” na qual um grupo formal de agricultores familiares estabelece o abastecimento de entidades consumidoras (SANTOS et al., 2012). E mais, os objetivos que regem a política do PAA, segundo Vieira, Faria e Rosa (2010, p. 10) são:

Dentre estas políticas está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) componente do Programa Fome Zero e que tem como objetivos: i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos; iii) promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Deste modo, o PAA tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria nos indicadores de segurança alimentar e nutricionais no Brasil (VIEIRA; FARIA; ROSA, 2010, p. 1).

Partindo dos objetivos e da prática do PAA, tem-se que esta política pública de relações produtivas e comerciais da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento das áreas rurais e da população envolvida na atividade, uma vez que viabiliza canais de comercialização dos agricultores, incentivando tal agricultura e melhorando a vida dos indivíduos envolvidos no programa (MAFRA; MAFRA, 2013). Alinhada à produção os agricultores familiares atuam para promoção do desenvolvimento sustentável, de modo a levar em consideração o respeito ao meio ambiente e às gerações futuras. Para dar sentido a proposta do artigo, apresenta-se brevemente o PAA no município de Varginha-MG, no intuito de dar relevância a tal política pública como promoção do desenvolvimento local.

## **O Programa de Aquisição de Alimentos no contexto do município de Varginha, Minas Gerais**

Primeiramente, faz-se relevante a promoção da agricultura familiar dentro do Estado de Minas Gerais, sendo o segundo estado brasileiro com estabelecimentos voltados para a prática de tal agricultura, representando cerca de 79% da produção agrícola do Brasil. O Sul de Minas, onde se situa o município do presente estudo, é a segunda maior macrorregião do estado com produção agrícola familiar, estando atrás somente do Norte de Minas (IBGE, 2006).

Neste sentido, buscando o estabelecimento da relação entre o desenvolvimento local e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o PAA foi implementado no município de Varginha no ano de 2009 por meio do Convênio nº 705.992/2009 estabelecido entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), à época, e a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD), com foco na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar (RIBEIRO, 2014).

O PAA em questão, abrange a microrregião de Varginha, composta pelos municípios: Elói Mendes, Carmo de Minas, Monsenhor Paulo, Três Corações, Três Pontas, Paraguaçu e Varginha. No entanto, a operacionalização da política pública se concentra apenas em Varginha. Vale ressaltar que, para este estudo, focalizou-se o PAA com um grupo de agricultores específicos, da Associação Sabor & Saúde, por ser um grupo que participa do processo de formação em economia solidária, ofertado pela ITCP/UNIFAL-MG.

A proposta da institucionalização do PAA, para além da questão da segurança alimentar e nutricional, incentiva a produção rural, pois:

[...] pequenos agricultores têm dificuldade de produzir e comercializar sua produção, criando-se um círculo vicioso, onde sem perspectivas claras de comercializarem, terminam por não investir na produção, até porque não têm condições financeiras para esse investimento (BRASIL, 2009).

A intenção em se institucionalizar tal política pública no município visa o incentivo e, conseqüentemente, o aumento da produção agrícola, diminuindo o êxodo rural. Pois, uma vez que há garantia de comercialização e venda pelo PAA, há mais recursos para serem investidos na produção de alimentos e no aumento da renda familiar (RIBEIRO, 2014). Assim, são objetivos da implementação do PAA na microrregião de Varginha, de acordo com o Convênio nº 70.5992/2009:

1) a garantia à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e nutricional; 2) fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda; e 3) a

promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para o consumo no entorno da região produtora (CONVÊNIO nº 70.5992/2009).

Diante da promoção da agricultura familiar por meio do PAA, em 2014<sup>1</sup>, ano em que houve uma paralisação na execução de tal política pública, tem-se alguns dados relevantes sobre os beneficiários agricultores familiares do programa. Em 2014, cerca de 71 agricultores estavam inscritos no PAA da microrregião de Varginha (PAA DATA, 2014), sendo que destes, 10 eram da Associação Sabor & Saúde. Das entidades beneficiárias da doação de alimentos por meio do PAA, 37 são do município de Varginha, dentre estas, escolas, projetos de amparo a crianças e adolescentes, projeto de amparo aos idosos, associação comunitária de moradores, casas lares, projetos religiosos, associações beneficentes e de assistência social, unidades de saúde, projetos religiosos, creches e pré-escolas e projetos de amparo a pessoas com deficiência (PAA DATA, 2014).

A respeito do PAA do município de Varginha-MG, é importante ressaltar também o contexto da época. Em 2014 ocorre uma modificação no repasse do pagamento aos agricultores familiares, que antes feito para a gestão da política pública. A partir dessa modificação, os recursos chegam diretamente aos agricultores, via conta benefício no Banco do Brasil. Ao gestor, cabe apenas programar a recepção anual dos alimentos, recebê-los e emitir as notas fiscais<sup>2</sup>.

No ano de 2015, posterior ao ano da pesquisa, o PAA teve um corte de 30% no repasse de recursos aos municípios em todo território nacional, devido à problemas no orçamento do Governo Federal. Atualmente, o PAA encontra-se inativo no município, desde o final de 2017, devido ao contingenciamento de recursos do Governo Federal. O que há na cidade é a promoção para a criação do Banco de Alimentos, a fim de continuar recebendo alimentos para doação, evitando perdas e desperdícios<sup>3</sup>.

Com relação aos impactos econômicos referentes a geração de renda e volume da produção, evidenciando a diversidade de produção da agricultura familiar<sup>4</sup>, busca-se traçar um recorte de 2013 a 2015, para comparar tais variações com o ano de 2014 (data da pesquisa) na relação entre o PAA e o desenvolvimento local<sup>5</sup>. No ano de 2013, foram entregues cerca de 198.380,00 Kg de alimentos, totalizando o valor do recurso em R\$

---

<sup>1</sup> Em conversa por telefone com o gestor da política pública do PAA no município de Varginha-MG, o mesmo informou que a paralisação do programa em 2014 se deu pela não liberação do recurso que já havia sido publicado no Diário Oficial da União. O mesmo ficara paralisado por cerca de 4 meses (julho a novembro) em 2014 até a liberação do recurso.

<sup>2</sup> Informações obtidas em conversa com o gestor do PAA do município de Varginha-MG.

<sup>3</sup> Informações obtidas em conversa com o gestor do PAA do município de Varginha-MG.

<sup>4</sup> Dentre os produtos tem alface, abóbora, ovo caipira, rúcula, feijão, couve, chicória, melancia, tomate, mandioquinha, entre outros.

<sup>5</sup> Os números referentes ao PAA do município de Varginha-MG foram disponibilizados pelo gestor da política pública.

349.694,08. Em 2014, no primeiro semestre o PAA funcionou normalmente, gerando no período 410.546 Kg de alimentos, equivalente a R\$ 451.287,92.

Após o período de não execução do projeto, ou seja, de julho a novembro, foram entregues em dezembro de 2014, cerca de 23.647 Kg de alimentos, totalizando R\$ 40.108,66. Mesmo com a paralisação do programa em 2014, o aumento foi de 40,52% em seus recursos financeiros, enquanto os alimentos arrecadados aumentaram 118,87%. Em 2015, os dados correspondem ao período de janeiro a julho, sendo que foram entregues ao programa 492.884 Kg, com R\$ 760.874,57 arrecadados. Ainda que os dados de 2015 sejam parciais, tanto com relação à produção de alimentos, quanto com relação ao repasse aos produtores houve aumentos. A produção de alimentos, teve um aumento de 20% e o repasse financeiro aos produtores, aumentou em 68,60%.

A partir dos dados referentes ao PAA do município de Varginha-MG, bem como da proposta de sua implantação por meio do convênio, busca-se a promoção do desenvolvimento local e da geração de trabalho e renda, junto a segurança alimentar e nutricional. Posteriormente, as entrevistas serão analisadas juntos aos dados apresentados no presente tópico.

## **Metodologia**

A metodologia a ser realizada possui caráter qualitativo para uma pesquisa empírica, referente a uma análise de dados recolhidos para se atender ao objetivo da pesquisa. A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas três pessoas, buscando analisar o entendimento das mesmas quanto à relação estabelecida entre a agricultura familiar, o desenvolvimento local, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o processo de formação em economia solidária, iniciado e entre a ITCP/UNIFAL-MG e a Associação Sabor & Saúde. Assim, os entrevistados escolhidos foram três dos fundadores da associação, sendo um deles a presidente e os outros dois, membros ativos na associação bem como em suas atividades e também que possuem alta frequência e participação no processo de formação oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG.

O roteiro utilizado foi traçado por uma linhagem crescente de perguntas com base no referencial teórico para relacioná-lo ao objetivo da pesquisa. Deste modo, buscou-se saber o que as pessoas que estão participando do processo de formação já entendem sobre economia solidária e também se é perceptível do ponto de vista dos associados alguma contribuição da ES para a organização dos mesmos. Relacionado também ao processo de formação, foi perguntado se a ES vem sendo mais presente na vida dos agricultores. Sobre desenvolvimento local, perguntou-se o que os associados sabem sobre à sua prática, e

também, o que eles entendem sobre agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O roteiro das entrevistas encontra-se anexado neste mesmo documento.

Referente à agricultura familiar, perguntou-se como os agricultores se sentem como denominados agricultores familiares, uma forma de “*status*” e quais as vantagens e desafios a serem enfrentados por eles. Buscando interligar o PAA ao desenvolvimento local, foi perguntado se existe uma relação entre ambos e qual a contribuição que o programa trouxe para a vida dos agricultores e da associação. Também baseado no programa, foi perguntada da relação que a associação tem por meio do mesmo com a Prefeitura Municipal de Varginha. E por último, se os agricultores têm a percepção de alguma contribuição do processo de formação em economia Solidária para o desenvolvimento local e como ocorre esta relação no caso da Associação Sabor & Saúde.

Neste trabalho, a Análise do Discurso (AD) foi utilizada como metodologia, embora saibamos que a AD constitui, mais do que uma metodologia, um campo de estudos teóricos sobre a linguagem. Mais especificamente, este trabalho busca contribuições da chamada Análise do Discurso francesa, originada por Michel Pêcheux (BRANDÃO, 2004). A linha dos estudos em Análise do Discurso relaciona o discurso a ser interpretado a partir da articulação entre o social e o histórico, onde a linguagem não é somente objeto de estudo, mas também uma forma material da ideologia. Deste modo, tem-se que a Análise do Discurso parte da contribuição da relação estabelecida entre ideologia, história e linguagem (BRANDÃO, 2004).

Estabelecendo a linhagem de interpretação da Análise do Discurso da vertente francesa, e se valendo das suas contribuições para a interpretação de dados qualitativos da pesquisa empírica é que se dará a análise das entrevistas coletadas, baseando-se no contexto inserido na linguagem dos entrevistados e interligando-o com o objetivo da pesquisa.

## **Análise de resultados**

Iniciando a interpretação da análise do material coletado por meio das entrevistas, temos que os três fundadores da Associação Sabor & Saúde possuem o entendimento da economia solidária, por meio da sua prática de gestão participativa de acordo com o que é exposto por Sabourin (2014), e também, como um novo modo de produção, e relação de trabalho, baseados na cooperação e na união solidária entre os associados, como foi apresentado nos conceitos baseados em França Filho e Laville (2004) e Gaiger (2008). Esta percepção do modo de produção, relações de trabalho e gestão para a organização, podem ser percebidos quando os entrevistados 1 e 2 afirmam que:

*Entrevistado 1: “É uma economia onde a gente pensa em tudo da produção, desde quando foi produzido até o final, até o produto chegar na mesa do*

*consumidor. Sendo uma economia onde a gente valoriza quem produz, até quem vai comprar”.*

*Entrevistado 2: “[...]seria uma união de pessoas montando uma economia, mas que todos participassem iguais, que não tivesse tanta diferença entre uns e outros, já que tá sendo ali uma união, uma associação...que tivesse mais compreensão entre os parceiros”.*

Ambos os relatos dos entrevistados mostram a noção de produção presente na economia solidária, uma vez que a entendem como parte de uma produção mais solidária e de cooperação. A percepção sobre “uma união de pessoas montando uma economia, mas que todos participassem iguais [...]” remete à uma contribuição da formação com relação a gestão autogestionária, tendo uma tomada de consciência do entrevistado sobre há não hierarquização do trabalho e da gestão. Mostrando assim, a importância de todos envolvidos na gestão e no processo produtivo da organização para se viver e praticar a economia solidária (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2008; SINGER, 2011; SABOURIN, 2014).

Na mesma linha do entendimento dos entrevistados quanto a contribuição do processo de formação em economia solidária oferecido pela ITCP/UNIFAL-MG à Associação como positiva para a sua gestão, temos também relatos referentes aos interesses dos associados sobre questões de decisões referentes à gestão da associação, buscando a igualdade e democracia entre os membros, como podemos relacionar a, Gaiger (2008), Martins, Vaz e Caldas (2010), Sabourin (2014) e Singer (2011) quando o entrevistado 1 diz que:

*Entrevistado 1: “[...] teve sim um pouco mais de união nos termos de entrega, falta um.... ‘ou’ eu tenho aqui, então teve um pouco mais de união nessa parte. Unificou mais o pessoal, porque às vezes faltava, aí tinha que correr atrás, tentar compra na praça que fica mais caro, aí com esse detalhe teve mais união dos produtores, se está faltando um produto pra um, o outro ajuda a repor...nisso, melhorou muito”.*

A percepção acerca da união acontece pelo fato de estar havendo tomada de consciência sobre a importância do trabalho coletivo e de cooperação entre os agricultores, colocando em prática a economia solidária e a autogestão. Mostrando assim, que a prática do trabalho conjunto, beneficia toda a cadeia produtiva e, principalmente, a Associação Sabor & Saúde em um todo.

Na linhagem conceitual de França Filho e Laville (2004) e Sabourin (2014), os agricultores têm a percepção mais solidária e democrática na gestão e na produção, observando que a economia solidária já está sendo presente na vida cotidiana dos agricultores, bem como da Associação Sabor & Saúde, quando o entrevistado 3 diz que:

*Entrevistado 3: “Eu acho que próprio produtor entender e ter entusiasmo de escutar da boca de outras pessoas, de uma faculdade, que eles têm a mesma autoridade dos diretores. Antes, a gente não tinha isso, eles achavam que tinha que ir na associação por ir. Então só de melhorar a mentalidade deles, já está ajudando, que acredito que vão chegar ao objetivo maior que é de implantar a economia solidária e ter uma boa gestão da associação que hoje ainda tá um pouco falha.”.*

Com relação à conceituação do desenvolvimento local apresentada por Ávila (2000) e Martins, Vaz e Caldas (2010) referente a fortalecer a atividade econômica de uma região, a solidariedade entre os indivíduos nela presentes, o desenvolvimento sustentável e a atuação de políticas governamentais que objetivam geração de renda para uma localidade, os agricultores compreendem a noção de desenvolvimento local, quando o entrevistado 2 a interpreta como:

*Entrevistado 2: “Então, a Sabor & Saúde por ser uma associação da agricultura familiar, e hoje a gente já está participando desses programas do governo que está incentivando, como a gente está aqui, produz aqui e a gente vender na cidade, isso vai fazer acontecer o desenvolvimento nosso na zona rural, da gente ter o dinheiro do que vamos vender, tanto dos alunos que vão receber nossas mercadorias, nossas verduras que são mais frescas do que se a prefeitura comprasse do Ceasa e outros. Então o desenvolvimento local seria bom para os produtores que estão gerando uma renda, como para as escolas que consomem e estão tendo uma boa alimentação, alimentos saudáveis.”.*

*Entrevistado 3: “O desenvolvimento local é um desenvolvimento da sociedade né, com boas ações de governo, tanto federal, estadual, municipal.... Ter interesse em fazer as coisas também, senão não vai haver desenvolvimento na sociedade.”.*

Sobre o que os entrevistados entendem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a agricultura familiar, eles se firmam nos dizeres de Abramoway (2006); Pandolfo (2008); Santos (2011); Silva (2011); Vieira, Santo e Rosa (2010); Silva e Silva (2001) e Mafra e Mafra (2013) ao relacionarem o desenvolvimento de políticas públicas da agricultura familiar e o contexto histórico da concentração de terra no Brasil, ao contestarem que:

*Entrevistado 1: “O PAA é a aquisição que já envolve a agricultura familiar, já é um benefício pra agricultura familiar, para não haver deslocamento da área rural que está grande, o êxodo rural... o produtor vai se produzir, fazer a entrega para aquisição de alimentos, distribuindo para pessoas carentes, ajudando tanto o produtor na sua produção e as pessoas carentes que não podem comprar. As instituições de caridade que são doados esses alimentos e tal. Isso ajuda ambas as partes”.*

*Entrevistado 3: “[...] o PAA é uma lei federal que hoje pela verba da PNAE para prefeituras e escolas estaduais, dessa verba são obrigatórias 30% da compra da agricultura familiar. Então, por ser uma lei, hoje a gente tem essa obrigação dos 30% que vem desse dinheiro. Porém, esse dinheiro pode ser comprado mais, se a gente tiver mais produtos para oferecer, que hoje em dia é muito importante ter cada vez mais, porque as prefeituras e escolas podem comprar a mais dos 30% da gente. Então, é uma lei de incentivo a*



*agricultura familiar para propriamente incentivar o local, manter as pessoas no campo, trabalhando e tendo uma renda no campo.”.*

A caracterização dos agricultores e das atividades que eles exercem é de tamanha gratificação para os mesmos, baseando-se na Lei da Agricultura Familiar (2006) da CF/88, quando afirmam que:

*Entrevistado 1: “Eu me sinto privilegiada, porque eu penso assim, a gente trabalha no campo para pessoas longe da gente, então eu penso que o nosso trabalho da agricultura em si, é um trabalho muito importante, porque toda cidade depende de alimento. Então eu penso que se não for a agricultura para ter o alimento, se não forem os pequenos produtores, até mesmo os grandes, não teria alimento. Então, eu me sinto privilegiada por ser da agricultura familiar, morar na roça, de trabalhar na roça, eu me sinto muito satisfeita”.*

*Entrevistado 2: “Olha, eu sinto que o agricultor familiar você sente um tipo de independência, porque você não tem que trabalhar para uma certa pessoa, não é funcionário, é agricultor que você toca aquilo que é teu, você faz o seu serviço. Às vezes, tem alguma dificuldade, mas você não é empregado de um sítio ou fazenda. Então sinto que a agricultura familiar só tende a melhorar a vida do agricultor, principalmente o pessoal, a vida na roça. Porque ele não vai ser funcionário de uma fazenda, ele vai trabalhar naquilo que é dele”.*

*Entrevistado 3: “Agricultura familiar para mim é o trabalho meu e dos meus filhos juntos, envolvendo toda minha família né, então por exemplo, eu acho que eu pratico agricultura familiar, porque eu toco meu pedacinho de terra junto com meus filhos, então eu acho que é isso e vejo os vizinhos que fazem o mesmo variando a produção”.*

Tais afirmações dos entrevistados sobre a importância do sentido para eles de serem agricultores familiares, remete a um contexto socioeconômico de empoderamento e reconhecimento da sua atividade, mediante ações governamentais que valorizam a agricultura familiar, de acordo com Abramoway (2006) Carvalho (2017); Silva e Silva (2011); Silva (2011); Santos (2012). Pois, no contexto histórico da agricultura do país, a agricultura familiar há muito tempo vem perdendo espaço para os grandes produtores e para a industrialização agrícola e tecnológica no campo, como podemos basear em Abramoway (2006).

Com relação às contribuições de PAA para o desenvolvimento local, os dizeres dos entrevistados estão baseados nos conceitos de Silva (2011) e Pandolfo (2008), onde os autores dizem que as políticas públicas para a agricultura familiar são de extrema importância para o resgate da agricultura familiar e como prática da geração de renda, e também, que o desenvolvimento local se pauta em ações deste tipo, que promove um desenvolvimento socioeconômico em uma região, respectivamente. Os entrevistados se baseiam em tais conceitos quando dizem sobre a relação do PAA com o desenvolvimento local:

*Entrevistado 3: “Enxergo, porque se você tem um ponto de venda garantido pelo governo, vai melhorar o desenvolvimento local, porque o mais difícil de toda uma cadeia produtiva é comercializar. É vender o produto, desde que você venda, você vai tentar ter um custo maior, uma venda maior. Eu acho que ele vai ajudar o desenvolvimento local, porque se a comunidade está vendendo, está produzindo, tem que melhorar, de alguma forma vai melhorar.”.*

Quando o entrevistado 3 afirma que o PAA é “um ponto de venda garantido [...] vai melhorar o desenvolvimento local [...] ele vai ajudar, o desenvolvimento local, porque se a comunidade tá vendendo, tá produzindo, tem que melhorar [...]”, a questão do ponto de venda, da venda, ou seja, da comercialização e da produção, mostra que tal política pública possibilita novos canais de comercialização, gerando renda e aumentando a produção, promovendo assim, o desenvolvimento local, de acordo com Brasil (2009), Ribeiro (2014), Pandolfo (2008) e o Convênio nº 705.992/2009. A questão do desenvolvimento local atrelada ao PAA na fala do entrevistado, especificamente, no caso do município de Varginha-MG é compatível com os objetivos do Convênio nº 705.992/2009 por promover por meio do PAA a possibilidade também do escoamento da produção local. Esta prática do programa, também condiz com a economia solidária, pois a mesma também condiz com a promoção das cadeias curtas de produção. E como contribuição para a Associação, quando afirmam que:

*Entrevistado 2: “Ele deu mais esperança para os produtores. Porque a gente além, de enfrentar várias barreiras climáticas que a gente já está passando, então é uma renda a mais, que todo mundo que hoje vende no PAA, é gente que já trabalhava com hortifrútiis, que já tinha o seu mercado local, seja no sacolão, supermercado em si, na feira. Aí vem o PAA e traz uma renda a mais para o produtor, é onde dá aquela sobrinha pra investir tanto em melhoria da qualidade de vida, ou o próprio maquinário para uma produção melhor, então é uma renda a mais que vai incentivar os produtores.”*

Também na fala acima, podemos perceber que, as maiores contribuições do PAA condizem com a estrutura da política pública como um todo, especificamente com relação ao município de Varginha-MG, pois, pelo Convênio nº 705.992/2009 os objetivos do mesmo com a implantação do programa tanto na cidade quanto na microrregião de Varginha, fazem referência a geração de trabalho e renda o que condiz com “uma renda a mais”, onde, a mesma, possibilita aumento da produção por meio de investimento, como no maquinário, na qualidade de vida e na diversidade de alimentos, como o próprio entrevistado 2 diz.

Além das referências legais, podemos também perceber pelos documentos disponibilizados pela gestão do PAA do município de Varginha-MG que há aumento do fluxo da renda e da quantidade e diversidade de alimentos entregues ao programa. Vide exemplo dos dados do agricultor/entrevistado 3, produtor de alface, almeirão e banana entre outros, em 2013 entregara ao PAA cerca de 1.998 Kg de alimentos, correspondendo a R\$3.351,58, ou seja, 1,007% do total de alimentos produzidos e entregues ao PAA. Em 2014, ano em que

o programa fora paralisado por um período, tal agricultor/entrevistado entregou ao programa 2.182 Kg de alimentos, correspondendo a R\$1.582,77. Tais valores de 2014, equivalem a quantidade de produtos e ao valor gerado de renda, respectivamente a 9,21% e -52,77%. Apesar de ter havido aumento da quantidade de produtos entregues, a diversidade diminuiu e também a renda gerada, o que pode ter relação com o período em que o programa não foi executado. Já em 2015, ano posterior ao ano da pesquisa, apenas com os dados do primeiro semestre, foram entregues 6.630 Kg pelo agricultor/entrevistado 3, correspondendo a R\$6.555,93. Do ano todo de 2014, comparado ao primeiro semestre de 2015, houvera um aumento de 203,85% nos alimentos produzidos que foram entregues ao PAA e, aumento de 314,20% da renda gerada ao produtor.

Tais valores expressivos dos aumentos tanto da produção quanto da renda de 2015 com relação a 2014, mostram que, o período de ausência da execução do programa interfere na atividade agrícola de produção de alimentos, bem como na renda dos agricultores. E que, a partir da retomada regular do programa no primeiro semestre de 2015, que o PAA ator da promoção da agricultura familiar e, conseqüentemente, do desenvolvimento local, por viabilizar arrecadação de alimentos dos agricultores locais, faz com que haja maior produção e diversidade de produtos e, a partir da aquisição dos mesmos, que haja maior geração de renda aos agricultores familiares, estando compatível com Brasil (2009), Ribeiro (2014) e o Convênio nº 70.599/2009. A noção de governo presente nas entrevistas tem como entendimento dos agricultores uma segurança para a continuidade da sua produção, ou seja, o governo está como mediador das políticas públicas, agindo como interventor da economia, como nos mostra Calbino e Paes de Paula (2010). Neste mesmo sentido, a segurança com relação ao governo também se faz referente a proximidade estabelecida entre Governo Federal e Governo Municipal ao estabelecer por meio do Convênio nº 70.599/2009 objetivos e diretrizes para a execução do PAA no município de Varginha. Também, o repasse direto dos valores das vendas aos produtores por meio da Conta Benefício do Banco do Brasil, assegurara a confiança quanto ao pagamento. No entanto, vale ressaltar que, no ano de 2014 e atualmente, há descontentamento com a atuação do Governo Federal, devido aos períodos de ausência de execução do programa, o que implica em diminuição da renda dos agricultores familiares. Tal descontentamento mostra que, ainda que o PAA seja uma política pública para a promoção do desenvolvimento local, geração de renda e incentivo à produção da agricultura familiar, questões burocráticas e de contingenciamento de gastos, prejudicam os produtores e a região. Podemos perceber que a falta dos recursos do PAA são um dos desafios enfrentados pela agricultura familiar no município, como nos disse o entrevistado 3:

*Um dos principais desafios da agricultura familiar, é que tem um lado que ajuda, mas tem outro que não...No caso do PAA, está praticamente parado*

*desde junho e não pego mais...então é um desafio muito grande par o produtor, que fiao na expectativa, porque plantou, perdeu mercadoria, então é um desafio grande.*

Na fala do entrevistado 3, percebemos que a segurança dada pelo PAA faz com que os agricultores tenham em tal política garantia de comercialização fixa e constante e de geração de renda. Em outro sentido, podemos perceber que, a questão da perda de mercadoria, pode estar ligada não somente a falta de local para escoamento da produção, como também, possui respaldo na questão da segurança alimentar e nutricional das pessoas que recebem os alimentos pelo PAA do município de Varginha-MG, bem como, traz à tona, outro princípio da economia solidária envolvido nas questões de produção, do desenvolvimento sustentável (ÁVILA, 2000; GAIGER, 2008; SILVA; SILVA, 2011).

*Entrevistada 1: Agora de desafios, a gente tem com relação aos grandes produtores e atravessadores, que as vezes querem comprar nossa mercadoria com baixo custo e revender a um maior custo, por ter uma logística de entrega, é um pouco de dificuldade que a gente ainda enfrenta desses atravessadores.*

Ainda com relação aos desafios, percebemos que ainda a presença de atravessadores e a falta de incentivo a compra dos produtos locais e pontos de comercialização fixos na cidade, como as feiras, são pertinentes aos agricultores, como nos mostra a falar acima da entrevistada 1. Isto remete à duas vias de compreensão: uma, em que, o PAA garante uma via de comercialização dos produtos, gerando renda e, conseqüentemente, contribuindo com o desenvolvimento local e com a promoção da agricultura familiar no município. E outra, em que, ao perceberem os agricultores a necessidade de espaços que não dependam de atravessadores, mostra que os mesmos têm a noção de que a agricultura familiar por meio de cadeias curtas de produção e comercialização promove de maneira mais benéfica tal agricultura, como é o caso da economia solidária.

E por fim, sobre as contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local, relacionados às atividades da Associação Sabor & Saúde, os agricultores mencionam a prática da participação por meio de maior interesse para a gestão, como é abordado por França Filho e Laville (2004), Guerra e Pereira (2010), Sabourin (2014) e Singer (2011; ) a questão do desenvolvimento local, como um desenvolvimento da região, da sociedade e da sua economia e também para a geração de renda, como é conceituado por Ávila (2000). Os agricultores afirmam que:

*Entrevistado 1: “Enxergo sim, é um aprendizado que você só vai trazer o que é bom para o desenvolvimento local. Um exemplo, toda economia, o nome já fala, economia, vai proporcionar um maior lucro, maior renda, então ela vai trazer benefícios para o desenvolvimento social, sem dúvidas, se você, vai*

*tirar o produtor daquela situação de aperto, de pouco recurso, ele, se ele tiver a ES a produzir mais, a ter mais conhecimento, ele...automático, ele vai melhorar o meio dele, o desenvolvimento local.”*

*Entrevistado 3: “[...]além de contribuir par o pessoal continua a viver no campo, porque ele vai ser valorizado, vai ser valorizado o produto de cada um, cada uma vai querer trabalhar, incentiva a pessoa a trabalhar no campo. Ela vai ter a valorização do seu trabalho, porque antes a gente tinha muito na zona rural exploração de trabalho, e a não valorização de trabalho. Então, se hoje na associação a gente trabalha para vender aquilo que a gente tem, se eu não trabalhar para ter, eu não vou ter para vender. Pela economia solidária, aquele trabalho meu, o produto meu vai ser valorizado, todo mundo que está na associação, essa valorização do campo, ajuda a gente a ficar no campo e valorizar nossa agricultura.”*

O sentido atribuído pelos agricultores ao desenvolvimento local o remete como um princípio da economia solidária, pois as riquezas produzidas em uma determinada região, permanecerão na mesma. Contribuindo assim, para a geração de trabalho e renda do local e pela valorização da produção e do trabalho do mesmo, como vimos em Singer (2011), Martins, Vaz e Caldas (2010) e Sabourin (2014). Havendo uma cooperação e solidariedade dos agricultores em promoverem esse desenvolvimento e aumentarem seu mercado e o reconhecimento de seus produtos e da associação.

A valorização da produção, acarreta na valorização do agricultor pelo próprio trabalho, fazendo com que ele se incentive a trabalhar mais e a produzir mais alimentos por meio do PAA, como podemos perceber na fala do entrevistado 3. Isto porque, o PAA possibilita a promoção do comércio local e, conseqüentemente do desenvolvimento local. Também, ao valorizar o trabalho do agricultor familiar, contribui para que haja permanência do homem e da mulher no campo, diminuindo o êxodo rural (RIBEIRO, 2009; Convênio nº 70.599/2009).

A interpretação das entrevistas seguindo a linhagem da Análise do Discurso Francesa nos leva a uma melhor compreensão da relação sujeito-autor mostrando que existe entre os agricultores um entendimento sobre a economia solidária, desenvolvimento local, o Programa de Aquisição de Alimentos e a agricultura familiar. Pois, pela linhagem da contextualização histórica, relacionada à linguagem, os agricultores têm a noção da aplicabilidade dos conceitos no cotidiano do trabalho, da gestão da Associação e das suas relações comerciais. Pela análise feita, pode-se dizer que eles estão ativamente vivendo as práticas abordadas no conteudismo do discurso pelo seu sentido e não pela troca de informações.

## **Considerações finais**

Sabendo-se que a economia solidária teve sua origem no movimento cooperativista do século XIX e da forma como esta economia se organiza na sua gestão, relações de trabalho, produção e como modo de vida, são nítidas as contribuições que a ES já vem trazendo ao ambiente da Associação Sabor & Saúde, principalmente no que diz respeito a uma maior participação e interesse por meio de seus membros. Principalmente no que tange a buscar participação mais ativa na associação e nos processos de tomada de decisões, visando a cooperação, solidariedade e a autogestão. Vale ressaltar que tal percepção sobre a economia solidária ainda é mínima, mas relevante, pois o processo de formação oferecido à Associação pela ITCP/UNIFAL-MG estava em seu começo à época da pesquisa e ainda serão abordados vários cursos que possam vir a contribuir para um entendimento mais consolidado.

É importante compreender que mesmo a economia solidária contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento local, os agricultores têm a noção sobre como o Programa de Aquisição de Alimentos e a agricultura familiar contribuem para tal desenvolvimento, e que ambos dependem da atuação de políticas públicas que valorizem essas atividades e que, conseqüentemente, trarão benefícios para o desenvolvimento local, como podemos ver especificamente no caso do PAA do município de Varginha-MG em que o Convênio nº705.992/2009 que implementa o programa, tem como um de seus objetivos a promoção do desenvolvimento local. Isto porque, a agricultura familiar ainda se encontra defasada nas relações de mercado diante do agronegócio, dos atravessadores e dos limitados espaços de comercialização. Promover para além de políticas públicas como o PAA canais curtos de comercialização, não somente agregariam no desenvolvimento local, como também, promoveriam a agricultura familiar, incentivando-a e gerando renda aos agricultores familiares.

Desta forma, podemos perceber que existe uma dependência da agricultura familiar das políticas públicas, para que ela possa contribuir para o desenvolvimento local. Mas, que das políticas existentes atualmente, há uma contribuição de maneira positiva para que aconteça a geração de renda e a valorização desta agricultura que antes vinha perdendo sua identidade no mercado agrícola do país. Nesta mesma linha, temos também a ES tendo suas atividades no Brasil, dependentes de políticas públicas, mas no caso da Associação Sabor & Saúde, temos uma junção benéfica, uma vez que a ES vem complementar a organização para que haja maior valorização da sua atividade e produção, e conseqüentemente, do desenvolvimento local.

## **Referências**

AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DA ITCP/UNIFAL-MG E O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO SABOR & SAÚDE, VARGINHA - MINAS GERAIS

ABRAMOWAY, R. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**: Estudo da dimensão territorial do PAA. Brasília: CGEE, 2006.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Legislação citada anexada pela Coordenação de Assuntos Legislativos**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>>. Acessado em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA Data. **PAA municipal termo de adesão 2014**. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/adesaom/pg\\_principal.php?url=lista\\_agr\\_uf&p\\_ibge=&uf=MG](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/adesaom/pg_principal.php?url=lista_agr_uf&p_ibge=&uf=MG)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portal dos convênios

SICONV. **Convênio 705992/2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvenioSelecionarConvenio.do?idConvenio=8634&destino=>>>. Acesso: 26 jun. 2018.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula Paes De. Os Reflexos da Incubação Isolada e dos Processos de Formação para Práticas Autogestionárias e a Sustentabilidade Economia: Um Estudo dos Empreendimentos Incubados pela ITCP/UNEB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010. p. 1-17.

CARVALHO, L. M. De. **O desenvolvimento local a partir da operacionalização do PAA e do PNAE**: o caso do Território da Cidadania do Vale do Itapecuru - MA. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 443-461, set./nov. 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, São Leopoldo, v. 2, n. 3, p. 58-72, jul./dez. 2008.

GUERRA, A. C. Formulário de Registro de Projeto de Extensão. Projeto ITCP/UNIFAL-MG, Campus Varginha.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: possibilidades de gestão. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2010.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**: Uma análise comparativa. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados, Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MAFRA, Luiz Antônio Staub; MAFRA, Flávia Luciana Naves. Agricultura familiar e mercados: análise de políticas públicas a partir da sociologia econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013. p. 1-16.

MARTINS, R. D. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, mai./jun. 2010.

PANDOLFO, M. C. O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 14-17, jun. 2008.

RIBEIRO, E. M. T. **Agricultura familiar, mercados e políticas públicas**: O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha (2009 a 2013). 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha.

SILVA, M. G. Da.; SILVA, S. P. Para além do sucesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos da economia solidária no meio rural. **Mercado de trabalho (IPEA)**, p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49\\_econ04\\_paraalem.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 1-19, 2011.

SINGER, P. Introdução à **Economia Solidária**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista de Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 21-35, out./dez. 2014.

SANTOS, A. R. dos; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P.R.; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e segurança alimentar nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) dos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-24, jan./jun. 2012.

SILVA, M. G. Da.; SILVA, S. P. Para além do sucesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos da economia solidária no meio rural. **Mercado de trabalho (IPEA)**, p. 87-93, nov. 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49\\_econ04\\_paraalem.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, p. 1-19, 2011.

SINGER, P. Introdução à **Economia Solidária**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; FARIA, Adilson Ferreira; ROSA, Palloma Ferreira. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na Agricultura Familiar (PAA): uma análise de experiências do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO



SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010. p. 1-17.

---

## Sobre os autores

---

**Mariana Martins** – Graduação Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (2016); Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (2017); Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais; **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0003-2817-8241>

---

**Fernanda Onuma** – Graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2008); Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2011); Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) (2017); Atualmente é professora adjunta na Universidade Federal de Alfenas, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Varginha, Minas Gerais; **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-7392-2191>

---

## Como citar este artigo

---

MARTINS, Mariana; ONUMA, Fernanda. As contribuições da economia solidária através da ITCP/UNIFAL-MG e o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o desenvolvimento local: O caso da Associação Sabor & Saúde, Varginha- Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 134-158, set.-dez. 2018.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Mariana Martins** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, e também, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e a segunda, **Fernanda Onuma**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 30 de outubro de 2017.

Devolvido para a revisão em 15 de junho de 2018.

Aceito para a publicação em 07 de julho de 2018.

---